



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N.º , DE 2025
(DA SRA. TALÍRIA PETRONE)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa para debater os impactos da exploração do petróleo no desenvolvimento socioeconômico.

Senhor (a) Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública a fim de debater os impactos da exploração do petróleo no desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

1. Caio Martins - Instituto Talanoa
2. Renata Prata - Instituto Arayara
3. Lucas Cardoso - Dendezê
4. Júlia Mabel - Pretas pelo Clima (Ilha da Maré/BA)
5. Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos
6. Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)



JUSTIFICAÇÃO

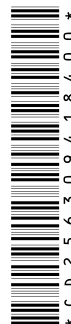
Considerando o aumento do debate sobre os impactos da exploração de petróleo sobre o desenvolvimento socioeconômico das regiões afetadas, especialmente diante da possibilidade de prospecção de petróleo na região da Foz do Amazonas, é importante promover o debate público no Congresso sob essa perspectiva. Diante da crescente alegação de que tal atividade beneficiaria o desenvolvimento regional e geraria uma melhoria das condições de vida das populações locais, é fundamental confrontar essa narrativa com dados concretos sobre experiências anteriores em territórios que já convivem há anos com a presença da indústria petrolífera.

Experiências em diferentes localidades do Brasil demonstram que a presença da indústria de petróleo não necessariamente se traduz em melhoria da qualidade de vida da população. Em Macaé (RJ), por exemplo, considerada a “capital nacional do petróleo”, os indicadores sociais não acompanharam o crescimento econômico da indústria. Mesmo com a arrecadação de *Royalties*, – em 2022, Macaé arrecadou R\$ 1,44 bilhões – dados do IBGE mostram que, entre 2010 e 2020, a taxa de pobreza aumentou na cidade, refletindo a má distribuição dos recursos gerados. De acordo com análise¹ publicada em 2020, 31,5% da população de Macaé possui domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que coloca a cidade na posição 81 de 92 no estado do Rio de Janeiro e 4.398 de 5.570 no Brasil. Além disso, existem denúncias sobre a crise hídrica na cidade, especialmente nos bairros mais vulnerabilizados.

A mesma situação é observada na Ilha da Maré, na Bahia, onde comunidades tradicionais convivem com impactos ambientais e sociais da exploração petrolífera há décadas. Em 2008, um navio norueguês, que estava à serviço da Petrobras, derramou cerca de 5 mil litros de óleo lubrificante na Baía de Todos-os-Santos, contaminando a fauna e a flora locais, além de colocar a população que trabalha e consome os pescados da região em situação de vulnerabilidade. Uma pesquisa² da Universidade

1 PRUDÊNCIO, Jerônimo. O Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Macaé: uma Análise a partir da Indústria de Petróleo. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16245/Jer%F4nimo%20da%20Silva%20Prud%EAncio%20\(2020\).%20O%20desenvolvimento%20econ%F4mico%20e%20social%20do%20munic%EDpio%20de%20MacaE9.pdf;jsessionid=C20E784E69756F347390530593D15E8C?sequence=1](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16245/Jer%F4nimo%20da%20Silva%20Prud%EAncio%20(2020).%20O%20desenvolvimento%20econ%F4mico%20e%20social%20do%20munic%EDpio%20de%20MacaE9.pdf;jsessionid=C20E784E69756F347390530593D15E8C?sequence=1)

2 Pesquisa para monitorar os possíveis efeitos à saúde da exposição ao petróleo na população atingida pelo desastre de derramamento de Petróleo na Costa brasileira no ano de 2019 [livro eletrônico] :



Federal da Bahia (UFBA), realizada em 2019, analisou quais os impactos do derramamento de petróleo na saúde, na qualidade de vida e na segurança alimentar dos residentes das comunidades afetadas. O relatório constatou uma concentração de metais pesados como cádmio e chumbo quatro vezes maior do que o permitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Esses exemplos trazem outras perspectivas para a teoria de que a abertura de novas frentes de exploração petrolífera trará automaticamente benefícios socioeconômicos para a população amazônica. Pelo contrário, há um risco concreto de repetirmos um padrão de “desenvolvimento” que gera riqueza para poucos e deixa os danos, como poluição, impactos à pesca artesanal, perda da biodiversidade e aumento das desigualdades sociais, para as comunidades locais. É fundamental, portanto, discutir com profundidade, transparência e participação social os reais custos e benefícios desse modelo de desenvolvimento.

Diante disso, torna-se fundamental a realização de uma audiência pública que traga ao centro do debate as vozes de especialistas em transição energética da sociedade civil, bem como representantes de comunidades afetadas pela exploração do petróleo. O objetivo é garantir que decisões com efeitos tão profundos sobre a região amazônica, que impactam todo o país, sejam tomadas a partir de uma análise crítica fundamentada em dados e experiências concretas. Espera-se que, a partir desse debate, entenda-se que o futuro energético do Brasil pode ser baseado em alternativas renováveis, que promovam desenvolvimento, renda, empregos verdes e maiores condições de soberania econômica, ao invés da exploração de combustíveis fósseis, cuja demanda tende a cair nos próximos anos.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputada

relatório de execução / Rita de Cássia Franco Rêgo...[et al.] ; design instrucional e diagramação Daniela Iviani. -- 1. ed. -- Salvador, BA : Rita Rego, 2024. PDF Outros autores: Louise Oliveira Ramos Machado, Jize da Silva Rezende da Mota, Walmir Motta Caldas, Verônica Maria Cadena Lima, Juliana dos Santos Uller. Bibliografia. ISBN 978-65-00-97622-9. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39922>





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256309418400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone

